

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 27

Data: 14 de setembro de 1981

Pg.: _____

Delfim adverte para um atraso em Carajás

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, considera que a legislação mineral existente no Brasil dificulta a realização de investimentos estrangeiros no setor e poderá acarretar um atraso na implantação do projeto Carajás. Países como a Austrália — segundo o ministro, “profundamente nacionalista” — oferecem maiores facilidades para a entrada do capital estrangeiro na área de minérios. “Logo”, diz ele, “a Austrália leva vantagem nessa competição; primeiro se faz investimento lá e depois no Brasil”.

Apesar disso, o chefe da Seplan se mostra otimista com a evolução do projeto e anuncia para breve a deflagração de uma *bem montada operação, capaz de fazer com que os bancos de investimento, “pela primeira vez no País”, funcionem de fato como tal, e mobilizem uma soma “importante” de recursos para financiar Carajás.* Essa foi uma das principais revelações de Delfim durante a gravação do programa “Crítica e Autocrítica”, que a Rede Bandeirantes, em colaboração com o jornal Gazeta Mercantil, leva ao ar hoje, às 23 horas. Na última quinta-feira, às sete e meia da manhã, o ministro já se encontrava nos estúdios da TV Bandeirantes, em São Paulo, onde por mais de duas horas comentou e debateu — às vezes como homem de governo, outras reencarnando a figura do ex-professor de Economia da USP — as principais facetas da crise econômica brasileira.

Essa mistura de aula, com a defesa intransigente da estratégia oficial, foi entrecortada de trechos de programas anteriores, onde empresários como Abílio Diniz, Cláudio Bardela, Antônio Ermírio de Moraes e a professora Maria da Conceição Tavares defenderam também seus pontos de vista sobre o atual quadro de dificuldades. Convidado a comentar as opiniões dessas personalidades — confinadas numa fita de vídeo-tape, e por isso sem condições de contra-argumentar — Delfim sentiu-se à vontade. O ministro inocentou o governo — o atual e os anteriores — de qualquer responsabilidade no impasse atual, elogiou o fato de o País ter abrigado um enorme parque automobilístico antes de dar atenção a outras prioridades, bem como classificou de inteligente a imprevidência da gestão Geisel, que logo em seguida ao choque do petróleo, de 1973, continuou a administrar a economia como se nada houvesse acontecido.

DISCUSSÃO INÚTIL

Delimitada essa área de cômoda impunidade, Delfim trouxe a discussão para o seu campo e reafirmou que não há risco de recessão na economia, mas que as dificuldades externas impedem a retomada do desenvolvimento acelerado e só

deixam uma alternativa ao País: exportar mais e mais. Renegociar a dívida externa, na sua opinião, não constitui uma opção a esse desatino, “uma vez que não há guerra por falta de pólvora”. Ou seja, não adianta “gastar precioso espaço de papel importado” para pregar a renegociação quando os banqueiros internacionais não se mostram receptivos à idéia, ironizou Delfim.

O ministro do Planejamento mostrou-se igualmente cético com a possibilidade de o País recorrer a uma “heterodoxia” e desvincular as taxas de juros internas das externas e negou que tenha cogitado de fixar uma taxa adicional sobre os lucros extraordinários dos bancos manifestando a sua esperança de que essa situação é passageira.

Embora descarte a hipótese de uma recessão, Delfim admitiu que a crise no setor automobilístico é séria e aceitou discutir a criação de um seguro desemprego no País. Contudo, advertiu: “O governo é mero repassador de recursos, assim se vamos fazer o seguro desemprego vamos fazer a coisa de forma séria. Os assalariados vão ter que abrir mão de uma fatia de sua renda real e os empresários não podem vir com essa malandragem de dizer que vão colaborar e depois repassam tudo nos preços. A parte dos empresários tem que sair do lucro.”

SEMPRE ALERTA

Apesar da inflexibilidade de sua posição — durante duas horas de gravação o ministro não admitiu um erro do governo — Delfim fez uma promessa quase ao final do programa. Dizendo-se um homem “vigilante”, garantiu que nunca perdeu e nem perderá qualquer oportunidade para recolocar o Brasil na rota do crescimento. Além de vigilante, deve-se creditar ao chefe da Seplan também o talento de um hábil polemista. Daí porque a sua participação na série “Crítica e Autocrítica” talvez mereça ser bisada em futuro próximo, colocando-se ministro, empresários e economistas frente a frente, para não desperdiçar a sua verve num diálogo unilateral com algumas fitas de vídeo-tape.

Se a seu lado no programa estivesse a professora Maria da Conceição Tavares, por exemplo, dificilmente a afirmação do ministro de que, em 79 o Brasil importava arroz, feijão, leite, manteiga e carne e hoje exporta isso tudo, passaria em branco. A ilustre economista — para usar um tratamento que lhe é dispensado por Delfim, certamente indagaria ao chefe do Planejamento se esses “excedentes exportáveis”, pelo menos no caso da carne, do leite e da manteiga, não resultariam de uma diminuição substancial do consumo interno da população.